



SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

PAUTA DA 2ª REUNIÃO

(1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura)

**25/03/2015
QUARTA-FEIRA
às 08 horas e 30 minutos**

**Presidente: Senador Garibaldi Alves Filho
Vice-Presidente: Senador Ricardo Ferraço**



Comissão de Serviços de Infraestrutura

**2ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA
DA 55ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 25/03/2015.**

2ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA

Quarta-feira, às 08 horas e 30 minutos

SUMÁRIO

ITEM	PROPOSIÇÃO	RELATOR (A)	PÁGINA
1	RQI 3/2015 - Não Terminativo -		8
2	RQI 6/2015 - Não Terminativo -		12
3	RQI 7/2015 - Não Terminativo -		15
4	RQI 8/2015 - Não Terminativo -		17

(1)(2)(3)(4)(5)(6)(8)

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho

VICE-PRESIDENTE: Senador Ricardo Ferraço

(23 titulares e 23 suplentes)

TITULARES			SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo(PDT, PT, PP)			
Delcídio do Amaral(PT)	MS (61) 3303-2452 a 3303 2457	1 Jorge Viana(PT)	AC (61) 3303-6366 e 3303-6367
Walter Pinheiro(PT)	BA (61) 33036788/6790	2 Angela Portela(PT)	RR (61) 3303.6103 / 6104 / 6105
Lasier Martins(PDT)	RS (61) 3303-2323	3 José Pimentel(PT)	CE (61) 3303-6390 /6391
Acir Gurgacz(PDT)	RO (61) 3303-3131/3132	4 Paulo Rocha(PT)	PA (61) 3303-3800
Telmário Mota(PDT)	RR (61) 3303-6315 a 6317	5 Cristovam Buarque(PDT)	DF (61) 3303-2281
Ciro Nogueira(PP)(12)	PI (61) 3303-6185 / 6187	6 Ivo Cassol(PP)	RO (61) 3303.6328 / 6329
Bloco da Maioria(PMDB, PSD)			
Garibaldi Alves Filho(PMDB)	RN (61) 3303-2371 a 2377	1 Edison Lobão(PMDB)	MA (61) 3303-2311 a 2313
Sandra Braga(PMDB)	AM (61) 3303-6230/6227	2 Waldemir Moka(PMDB)	MS (61) 3303-6767 / 6768
Valdir Raupp(PMDB)	RO (61) 3303-2252/2253	3 Dário Berger(PMDB)	SC (61) 3303-5947 a 5951
Fernando Ribeiro(PMDB)	PA (61) 3303-9826/9827/9831/9832	4 Eunício Oliveira(PMDB)	CE (61) 3303-6245
Ricardo Ferraço(PMDB)(11)	ES (61) 3303-6590	5 Romero Jucá(PMDB)	RR (61) 3303-2112 / 3303-2115
Hélio José(PSD)	DF (61) 3303-6640/6645/6646	6 Rose de Freitas(PMDB)(11)	ES (61) 3303-1156 e 1158
Bloco Parlamentar da Oposição(PSDB, DEM)			
Ronaldo Caiado(DEM)	GO (61) 3303-6439 e 6440	1 Davi Alcolumbre(DEM)	AP (61) 3303-6717, 6720 e 6722
Wilder Moraes(DEM)	GO (61)3303 2092 a (61)3303 2099	2 José Agripino(DEM)	RN (61) 3303-2361 a 2366
Flexa Ribeiro(PSDB)	PA (61) 3303-2342	3 VAGO	
Paulo Bauer(PSDB)	SC (61) 3303-6529	4 VAGO	
VAGO		5 VAGO	
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PCdoB, PPS, PSB, PSOL)			
Fernando Bezerra Coelho(PSB)	PE (61) 3303-2182	1 Roberto Rocha(PSB)	MA (61) 3303-1437/1435/1501/1503/1506 a 1508
Vanessa Grazziotin(PCdoB)	AM (61) 3303-6726	2 VAGO	
VAGO		3 VAGO	
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR, PRB)			
Blairo Maggi(PR)(10)	MT (61) 3303-6167	1 Douglas Cintra(PTB)	PE (61) 3303-6130/6124
Wellington Fagundes(PR)	MT (61) 3303-6213 a 6219	2 Vicentinho Alves(PR)(7)	TO (61) 3303-6469 / 6467
Elmano Férrer(PTB)	PI (61) 3303-1015/1115/1215/2415/3055/3056/4847	3 Eduardo Amorim(PSC)(10)	SE (61) 3303 6205 a 3303 6211

- (1) Em 25.02.2015, foram designados os Senadores Delcídio do Amaral, Walter Pinheiro, Lasier Martins, Acir Gurgacz e Telmário Mota como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Ângela Portela, José Pimentel, Paulo Rocha e Cristovam Buarque como membros suplentes, pelo Bloco de Apoio ao Governo, para compor a CI (Of. 6/2015-GLDBAG).
- (2) Em 25.02.2015, os Senadores Fernando Bezerra e Vanessa Grazziotin foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor a CI (Of. 07/2015-GLBSD).
- (3) Em 25.02.2015, os Senadores Eduardo Amorim, Wellington Fagundes e Elmano Férrer foram designados membros titulares; e o Senador Douglas Cintra pelo Bloco Parlamentar União e Força, para compor a CI (Of. 04/2015-BLUFOR).
- (4) Em 25.02.2015, os Senadores Ronaldo Caiado e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e José Agripino, como suplentes pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 1 a 5/2015-GLDEM).
- (5) Em 26.02.2015, os Senadores Flexa Ribeiro e Paulo Bauer foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Oposição, para compor a CI (Ofs. 21/2015-GLPSDB).
- (6) Em 26.02.2015, o Senador Gladson Cameli foi designado membro titular e o Senador Ivo Cassol como membro suplente, pelo PP, para compor a CI (Memorandos nos. 33 e 34/2015-GLDPP).
- (7) Em 03.03.2015, o Senador Vicentinho Alves foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 12/2015-BLUFOR).
- (8) Em 04.03.2015, os Senadores Garibaldi Alves Filho, Sandra Braga, Valdir Raupp, Fernando Ribeiro, Rose de Freitas e Hélio José foram designados membros titulares; e os Senadores Edison Lobão, Waldemir Moka, Dário Berger, Eunício Oliveira e Romero Jucá, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CI (Of. 020/2015-GLPMDB).
- (9) Em 04.03.2015, o Partido Progressista passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo (Of. 19/2015-GLDBAG).
- (10) Em 04.03.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Eduardo Amorim que passa a ocupar vaga de suplente (Ofs. 13 e 14/2015-BLUFOR).
- (11) Em 10.03.2015, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular em substituição à Senadora Rose de Freitas, que passa a compor a comissão como membro suplente (Of. 52/2015-GLPMDB).
- (12) Em 17.03.2015, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Gladson Cameli (Of. 34/2015-GLDBAG).
- (13) Em 18.03.2015, a Comissão reunida elegeu os Senadores Garibaldi Alves Filho e Ricardo Ferraço, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste Colegiado (Of. 01/2015-CI).

REUNIÕES ORDINÁRIAS:
SECRETÁRIO(A): THALES ROBERTO FURTADO MORAIS
TELEFONE-SECRETARIA: 61 3303-4607
FAX: 61 3303-3286

TELEFONE - SALA DE REUNIÕES: 61 3303-3292
E-MAIL: scomci@senado.gov.br



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
55ª LEGISLATURA**

**Em 25 de março de 2015
(quarta-feira)
às 08h30**

PAUTA
2ª Reunião, Extraordinária

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

	Leitura de Requerimentos
Local	Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13

PAUTA

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA Nº 3, de 2015

Requeiro, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada no âmbito desta Comissão de Serviços de Infraestrutura, audiência pública convidando ao Excelentíssimo Senhor Ministro dos Transportes, Sr. Antônio Carlos Rodrigues, para apresentar as ações de sua pasta para os próximos anos.

Autoria: Senador Wellington Fagundes

Observações:

Leitura do requerimento.

Textos da pauta:

[Requerimento](#)

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA Nº 6, de 2015

Com base no art. 58, § 2º, incisos II, da Constituição Federal, e nos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), para debater sobre energia solar e microgeração distribuída. O tema em destaque é, sem dúvida, de relevante interesse público. Nesse sentido, sugiro a participação dos convidados abaixo relacionados. 1. Representante do Ministério de Minas e Energia (MME); 2. Representante da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL); 3. Representante da Empresa de Pesquisa Energética (EPE); 4. Representante da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (ABSOLAR); 5. Representante da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (APINE); 6. Roberto Zilles, Professor Associado do Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo (USP).

Autoria: Senador Wilder Moraes

Observações:

Leitura do requerimento.

Textos da pauta:

[Requerimento](#)

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA Nº 7, de 2015

Requeiro, nos termos o art. 93, inciso II, combinado com e o art. 104, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, Eliseu Padilha, para apresentar, em Audiência Pública, as metas e prioridades do setor assim como orçamento para fomento dos projetos da área.

Autoria: Senadora Rose de Freitas

Observações:

Leitura do requerimento.

Textos da pauta:

[Requerimento](#)

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA Nº 8, de 2015

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de debater com o Presidente do BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social –, as ações e planos gerenciais do órgão para o exercício de 2015, bem como solicitar o fornecimento de informações sobre o critério de concessão de empréstimos, os destinatários dos financiamentos concedidos nos últimos quatro anos e possíveis alterações no alcance do sigilo bancário nos empréstimos concedidos pelo Banco. Proponho para a audiência a presença do seguinte convidado: Luciano Coutinho, presidente do BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

Autoria: Senador Lasier Martins

Observações:

Leitura do requerimento.

Textos da pauta:

[Requerimento](#)

1



SENADO FEDERAL
Gab. Senador WELLINGTON FAGUNDES

REQUERIMENTO Nº - CI

Requeiro, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada no âmbito desta Comissão de Serviços de Infraestrutura, audiência pública convidando ao Excelentíssimo Senhor Ministro dos Transportes, Sr. Antônio Carlos Rodrigues, para apresentar as ações de sua pasta para os próximos anos.

Justificação

O Ministério dos Transportes é o órgão da administração pública direta federal que tem como área de atuação a política nacional de transporte dos modais. Suas ações abrangem a formulação, coordenação e supervisão das políticas nacionais para o setor, a participação no planejamento estratégico, a elaboração de diretrizes para a sua implementação e a definição das prioridades dos programas de investimentos.

No exercício de suas atribuições e para definir as ações do sistema de transporte do país, o Ministério desenvolve programas e projetos que funcionam como ferramentas para o próprio órgão ministerial e órgãos vinculados.

Nessa esteira, destaca-se diversos programas tais como:





SENADO FEDERAL
Gab. Senador WELLINGTON FAGUNDES

1) **Programa de Investimentos em Logística – PIL** que tem como objetivo dotar o país de um sistema de transporte adequado às dimensões do Brasil. Dois anos após sua implantação, é de extrema relevância que sejam detalhados os principais avanços e as dificuldades para seu implemento.

2) **Concessões Públicas** – que tem como principais objetivos elevar a escala de investimentos em infraestrutura de transporte no sentido de dotar o país de uma rede ampla, moderna e com tarifas módicas; Reforçar a capacidade de planejamento do Estado e promover a integração entre rodovias, ferrovias, hidrovias, portos e aeroportos em articulação com as cadeias produtivas. Desse modo, é importante que sejam apresentados os avanços do programa de concessões em todo país, destacando as ações para os próximos anos.

3) **Plano Nacional de Logística e Transportes – PNLT**: Esse programa tem por objetivo formalizar e perenizar instrumentos de análise, sob a ótica da logística, para dar suporte ao planejamento de intervenções públicas e privadas na infraestrutura e na organização dos transportes,



SF/15127.31745-84



SENADO FEDERAL
Gab. Senador WELLINGTON FAGUNDES

de modo que o setor possa contribuir efetivamente para a consecução das metas econômicas, sociais e ecológicas do país, em horizontes de médio a longo prazo, objetivando o desenvolvimento sustentado. Importante que o Ministério apresente os avanços desse programa, bem como as dificuldades que o Ministério enfrenta para seu implemento.



Sala da Comissão,

Senador WELLINGTON FAGUNDES
PR/MT

2

REQUERIMENTO Nº , DE 2015

Com base no art. 58, § 2º, incisos II, da Constituição Federal, e nos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), para debater sobre energia solar e microgeração distribuída.

O tema em destaque é, sem dúvida, de relevante interesse público. Nesse sentido, sugiro a participação dos convidados abaixo relacionados.

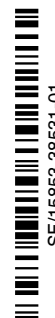
1. Representante do Ministério de Minas e Energia (MME);
2. Representante da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL);
3. Representante da Empresa de Pesquisa Energética (EPE);
4. Representante da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (ABSOLAR);
5. Representante da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (APINE);
6. Roberto Zilles, Professor Associado do Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo (USP).

JUSTIFICAÇÃO

A partir da necessidade de mitigar a emissão de gases do efeito estufa, vários países têm adotado políticas públicas de incentivo ao uso de fontes alternativas de energia elétrica em substituição às fontes de origem fóssil. Entre as fontes alternativas, a energia solar tem ganhado relevante destaque.

No caso do modelo brasileiro, a expansão de fontes de energia elétrica baseou-se na construção de grandes parques geradores, geralmente de origem hidroelétrica e termoeletrica, de forma concentrada.

Como consequência do modelo adotado, requereu-se a construção de longas redes de transmissão de energia elétrica, tendo em vista que o



potencial de geração está normalmente distante dos pontos de consumo, que tem onerado o consumidor final devido à intensa expansão da rede e das perdas, que poderiam ser evitadas caso a fonte de geração estivesse mais próxima do centro consumidor.

Ao observar esses fatores, percebe-se que o potencial brasileiro para geração fotovoltaica nos grandes centros de consumo de energia elétrica vai ao encontro da necessidade de complementação do Sistema Elétrico Brasileiro. Tanto é assim que a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), por meio da “Nota Técnica DEA 19/14 – Inserção da Geração Fotovoltaica Distribuída no Brasil – Condicionantes e Impactos”, publicada em 2014, estima que as residências brasileiras, a partir da instalação de painéis fotovoltaicos em seus telhados, podem gerar 230% da energia elétrica que consomem.

Foi com base nesses preceitos que a Aneel publicou a Resolução Normativa nº 482, de 2012, que criou condições regulatórias para expansão da microgeração distribuída. Contudo, o resultado tem sido aquém da possibilidade que esse tipo de fonte de energia pode alcançar no Brasil.

Diante de todo o exposto, visando o aprofundamento em tão relevante tema de interesse público, apresento o requerimento em tela.

Sala das Sessões,

Senador **WILDER MORAES**



SF/15853.38531-01

Página: 2/2 18/03/2015 18:49:15

126a5f4358998936369c069f9688be2a18c21c8



3



Gabinete da Senadora Rose de Freitas

REQUERIMENTO Nº , 2015 - CI

Requeiro, nos termos o art. 93, inciso II, combinado com e o art. 104, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, **Eliseu Padilha**, para apresentar, em Audiência Pública, as metas e prioridades do setor assim como orçamento para fomento dos projetos da área.

Sala de Sessões, de 2015

Senadora Rose de Freitas.
PMDB - ES



SF/15687.57679-92

Página: 1/1 19/03/2015 17:03:00

910f504b89d172d5722471ac34d9d92a250a9680



4

REQUERIMENTO Nº , DE 2015-CI

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93,II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de debater com o Presidente do BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social –, as ações e planos gerenciais do órgão para o exercício de 2015, bem como solicitar o fornecimento de informações sobre o critério de concessão de empréstimos, os destinatários dos financiamentos concedidos nos últimos quatro anos e possíveis alterações no alcance do sigilo bancário nos empréstimos concedidos pelo Banco.

Proponho para a audiência a presença do seguinte convidado:

1. Luciano Coutinho, presidente do BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

JUSTIFICAÇÃO

O BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – se constitui como tradicional indutor da atividade econômica no país desde a sua fundação, na década de 1950.

Nos últimos anos, isso tem se dado de maneira ainda mais ativa. Segundo fontes do próprio Banco, os desembolsos passaram de R\$ 47,1 bilhões, em 2005, para R\$ 190,4 bilhões, em 2013.

A despeito desse montante, extremamente significativo, não temos informações a respeito dos resultados obtidos com essa política de concessão agressiva de financiamentos.

Em ambiente de escassez de recursos, os critérios de concessão de empréstimos tornam-se ainda mais relevantes. Recursos públicos são



SF/15370.79601-92

Página: 1/2 20/03/2015 14:53:41

57dd139f8411cb075cd4839bbd2c2f6385987c43a



escassos e devem, sempre, ser aplicados de modo a produzir o máximo benefício para a sociedade.

Ademais, é preciso levar em consideração que recursos para financiamentos do Banco são, em parte significativa, oriundos do FAT – Fundo de Assistência ao Trabalhador.

Além disso, existe a possibilidade de que empréstimos concedidos pelo Banco tenham ligação com os casos de corrupção na Petrobras, ora em investigação no âmbito da Operação Lava-Jato. É o caso, por exemplo, de empréstimos concedidos à empresa Sete Brasil, produtora de equipamentos de produção de petróleo. Há informações de que os atrasos na concessão de empréstimos à empresa somam US\$ 900 milhões.

Existem, por fim, sérios indícios que sugerem baixa eficácia na aplicação de empréstimos do Banco. Não existindo informações suficientes, o BNDES acaba por fazer políticas que ficam a margem do controle público, tendo, inclusive, se negado a fornecer documentos ao Tribunal de Contas da União, alegando sigilo bancário. De tal modo, faz-se necessário discutir, também, o alcance do sigilo bancário nas operações do BNDES, haja vista que ao envolver recursos públicos, o controle da destinação de verbas é fundamental para os interesses do povo brasileiro.

Sala das Sessões,

SENADOR LASIER MARTINS
PDT/RS



SF/15370.79601-92

Página: 2/2 20/03/2015 14:53:41

57dd139f8411cb075d4839bbd2c2f6385987c43a

